



[www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz)

*Pensando nos “paradoxos” da economia de Moçambique  
de uma perspectiva de economia política:  
o sistema extractivo e poroso de acumulação*

Carlos Nuno Castel-Branco

Palestra para o Comité de Conselheiros da Agenda 2025

Universidade Politécnica

Maputo, 28 de Fevereiro de 2012

## Estrutura da apresentação

- Objectivo: falar sobre método de análise da economia de Moçambique, não tanto sobre se a economia está bem ou mal, ou o que deve ser a “receita” para o futuro.
- “Paradoxos” aparentes da estrutura da economia
- Implicações para o método de análise da economia
- Por que é que “paradoxos” está entre aspas?
- Economia extractiva e porosa
- Pensando para a frente...com optimismo (?)

## Objectivo da apresentação

- O método de análise da economia de Moçambique, não tanto um julgamento se economia está bem ou mal, ou a oferta do que “deve ser” a “receita” para o futuro. “Receita” não faz sentido, porque opções reflectem escolhas políticas que reflectem a relação dinâmica entre agentes (seus interesses e conflitos) e ligações/pressões económicas e sociais. Método de análise permite (ou não) entender o sistema de acumulação e, neste processo, explicar paradoxos numa perspectiva unitária para identificar opções. As opções escolhidas reflectem a unidade e conflitos entre grupos de interesse em contextos económicos e históricos específicos.

# “Paradoxos” aparentes da economia de Moçambique

- O que são paradoxos? É o que é contrário à informação recebida e comum ou à opinião admitida como válida. O que é aparentemente contraditório mas que no entanto tem sentido. Proposições contraditórias (exactamente opostos ou que não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo) derivadas, partindo de premissas ou informação geralmente aceites com válidas.
- No caso da economia de Moçambique o paradoxo consiste em que dada uma premissa ou informação geralmente aceite como verdadeira (por exemplo, a taxa de crescimento do PIB *per capita* é alta e a desigualdade monetária não se alterou) uma outra informação, igualmente geralmente aceite como verdadeira, (a pobreza reduz), é esperada; no entanto, a pobreza não reduz. Há uma contradição ou paradoxo.
- Esta apresentação argumenta que os “paradoxos” da economia de Moçambique são aparentes, pois as informações aparentemente contraditórias são perfeitamente explicáveis dentro do sistema de acumulação, sem ser necessário recorrer a explicações exógenas.
- A questão é encontrar o modelo de análise que explica a consistência e não contradição entre as diferentes peças de informação – isto é, por exemplo, como, logicamente, o funcionamento da economia pode explicar como é que o crescimento económico sem aumento da desigualdade monetária pode não reduzir pobreza.

# “Paradoxos” da economia de Moçambique – identificando os paradoxos

## “Factos positivos” da economia

1.  $\Delta$  PIB *per capita* médio últimos 10 anos  $\approx 5,5\%$  ( $\Delta$  acumulado  $\approx$  de 71% no período); coeficiente de Gini  $\approx 0,42$  (alto, mas sem alteração)
2. Investimento privado  $\approx 10+$  biliões de USD nos últimos 10 anos
3. Inflação a um dígito,  $\approx 7,5\%$  média por ano desde 2002
4. Elasticidade das exportações relativamente ao investimento aumentou significativamente com impacto na balança comercial por causa dos mega projectos orientados para exportação.

## “Paradoxo” correspondente

1. Redução do índice de pobreza nos últimos 10 anos  $\approx 0\%$ ; N° de pessoas pobres  $\Delta \approx 2$  milhões; severidade da pobreza com tendência a aumentar; produção alimentar per capita deteriorou, em média, 0,7% ao ano nos últimos 10 anos ( $\Delta$  acumulado  $\approx -8\%$  para o período)
2. Investimento em produção alimentar para mercado interno  $\approx 1\%$  do investimento privado total; produtividade média na economia (sem grandes projectos) não aumentou; criação líquida de novos empregos  $\approx 0$ ; contracção da diversificação e articulação produtiva e da substituição de importações (ligações a montante e jusante) e aumento do afunilamento da base produtiva. Base fiscal desligada da produção e contributo fiscal do trabalho excede o do capital, apesar da intensidade de capital no investimento.
3. Inflação de bens alimentares  $\approx 11,3\%$  ao ano, média, desde 2002 ( $\approx 50\%$  mais alta que inflação média). Nos últimos 20 anos, variação dos preços dos bens básicos de consumo (mais relevantes para os grupos sociais mais pobres, em especial a comida) e combustíveis esteve sempre acima da variação média dos preços (deflactor do PIB).
4. Défice da balança de pagamentos não reduziu proporcionalmente e aumenta quando as grandes empresas são mais lucrativas por causa da saída correspondente de capitais; taxa de cobertura das importações (excluindo grandes projectos) melhorou a uma média inferior a 1% ao ano nos últimos 20 anos, sendo apenas ligeiramente melhor do que era no fim da guerra (20 anos atrás); financiamento do Estado via dívida (interna e externa) ou donativo.

# “Paradoxos” aparentes da economia de Moçambique

- Apesar do forte crescimento económico, um dos mais fortes em África, sem agravação da desigualdade monetária (dada pelo coeficiente de Gini), no período em análise a pobreza não reduziu em nenhum elemento fundamental (proporção, número de pessoas, severidade). Como se explica isto?
- Apesar do forte investimento privado, um dos mais fortes em África, a base produtiva afunilou, ligações a jusante e montante (substituição de importações) reduziram, emprego líquido não aumentou substancialmente e a economia é menos capaz de se “alimentar” – alimentar as pessoas e os processos produtivos. A base fiscal está desligada da produção e, apesar da intensidade de capital na composição do investimento, o contributo fiscal do trabalho excede o do capital. Como se explica isto?
- Apesar da taxa média de inflação, o IPC, ter reduzido para uma média de  $\approx 7\%$  ao ano, a inflação dos bens básicos de consumo, em especial os alimentares, excede esta média largamente, naturalmente em prejuízo desproporcional dos grupos sociais mais pobres.
- Apesar de o novo grande investimento ser praticamente todo orientado para exportação, e de o défice comercial tender a reduzir rapidamente, o défice da balança de pagamentos não reduz em proporção à mudança de padrão de produção e ao aumento da intensidade de exportação; a economia não está significativamente mais capaz de importar; os equilíbrios macroeconómicos continuam a ser mantidos por via da ajuda externa e dívida. Há indícios que, em alguns anos – particularmente quando os mega projectos são mais rentáveis – o saldo líquido de fluxos de capitais é negativo (quer dizer, o que sai da economia supera o que entra, mesmo quando todo o IDE e a ajuda externa são contabilizados).

# Implicações para o método de análise

- Os “paradoxos” são geralmente discutidos isoladamente uns dos outros, e como se fossem “erros” do sistema – erros de distribuição, erros de gestão, erros de foco, erros de legislação/instituições, corrupção, etc.
- Tendência geral da análise económica é sectorial e fragmentada:
  - Pressupostos de que um sector é melhor, mais importante ou prioritário em relação a outro – por exemplo: agricultura como base do desenvolvimento, mas sem nunca definir qual é o seu propósito específico no sistema de acumulação que a torna base ou simplesmente parte do desenvolvimento.
  - Fragmentação de soluções:
    - Identificar problemas em cada sector da chamada “economia real” (como se existisse uma economia irreal, ☺) – agricultura, indústria, energia, ...,... e definir uma “estratégia” óptima para cada um independentemente do propósito que possa servir no processo social e unitário de acumulação.
    - ligar as soluções com a absoluta disponibilidade e passividade da “economia não real” ☺ (financeira?) por via do crédito ou financiamento em geral (como se isto fosse sempre possível e o “dinheiro” fosse passivo);
    - descurar o quadro geral (macroeconómico), como se este fosse neutro relativamente aos padrões de produção, apropriação, distribuição, reprodução sustentável e utilização do excedente.
- Este tipo de abordagem é idêntico ao do médico que trata cada dor e sintoma do doente isoladamente, apesar de ser óbvio que todos acontecem ao mesmo tempo – não entende a doença, enche o doente de medicamentos, não cura e ainda corre o risco de agravar a doença, porque assume cada sintoma como caso isolado, como “erro”, e não como parte lógica derivada de um sistema unitário.

# Implicações para o método de análise

- Tomemos um exemplo: pós revolta popular de 1-2 de Setembro de 2010, acerca de preços de bens (especialmente comida) e serviços básicos de consumo (especialmente transportes e combustíveis domésticos):
  - Foi uma surpresa para quem e porquê? Enquanto a banca internacional e o governo se congratulavam com os sucessos de Moçambique, a
  - “Soluções propostas”?
    - Governo: (i) mais produção e produtividade (Como? Para quê, se 15% -20% do PIB de Moçambique sai do País em forma de royalties, repatriamento de lucros, pagamento de juros e de serviços de investimento; e quanto mais se produz nos grandes projectos mais sai?); (ii) desenvolver a FIR. ☹; (iii) subsídios (o que cria a necessidade dos subsídios? Como financiar os subsídios?)
    - Banco de Moçambique: política cambial anti-revolta para acomodar inflação importada (com que impacto na capacidade de mobilizar e aplicar excedente na diversificação da base produtiva e substituição efectiva de importações, de gerar emprego e expandir a produção não extractiva?); consistente com inflação baixa a curto prazo; metical apreciado, apesar do défice crónico e largo da balança de pagamentos, e ideologia do “metical forte” como “símbolo da nação” e da “auto-estima”, repetida por todos.
    - OSCs: mais despesa pública e subsídios (Em quê, com que estratégia? Financiados com que recursos sem mobilizar apropriação social do excedente? Foco centrou-se na pequena corrupção – alguns gastos excessivos, injustificáveis ou inapropriados – mas deixou-se de lado o sistema de acumulação – produção, apropriação, distribuição e utilização do excedente);
    - Debate entre governo e OSCs sobre subsidiar ou investir – será este um debate com algum interesse prático ou intelectual? Serão estes os termos adequados de debate? Será um debate honesto?
    - Capitalistas nacionais: maior apropriação privada das rendas dos recursos minerais; ligações a jusante dos recursos minerais (importante para a acumulação rápida de capital privado; mas como é que aborda ou resolve a razão da revolta de rua?)
    - “Soluções” de médio prazo (Banco Mundial, MPD): mais investimento na agricultura. Com quê? Para fazer o quê? A agricultura, como sector, absorveu 11% de todo o investimento privado nos últimos 10 anos. Isto é substancial. Mas em que é que o investimento foi feito? Em actividades de natureza extractiva – exportação de algodão fibra, exportação de tabaco em folha, exportação de madeira,.... Que problemas é que isto resolve?
  - Incapacidade de ver o problema no quadro económico. Surge uma das frases mais incompetentes dos nossos economistas: a macroeconomia está bem, mas a micro não! ☹

## Implicações para o método de análise

- Necessidade de um fio condutor comum que explique a relação e associação entre os vários fenómenos. É improvável que cada coisa aconteça por si, e que a economia tenha tantas contradições internas em equilíbrio e que se mantém por longo tempo. Deve, e tem que, haver uma explicação para o conjunto e não apenas para cada uma das partes isoladamente.
- Alcançar esta explicação requer quatro mudanças fundamentais no método de análise: (i) tratar do todo antes das partes e assumir que o todo e as partes estão orgânica e coerentemente relacionados; (ii) focar no sistema de acumulação, isto é, sistema de produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente; (iii) tratar o sistema de acumulação como unitário – quer dizer, a produção, a apropriação, a distribuição, a utilização e a reprodução cumulativa do excedente não são independentes entre si, formam um todo unitário – logo, por exemplo, pobreza não é um problema de distribuição; e (iv) a unidade do sistema de acumulação requer uma análise de economia política, isto é, como é que as forças sociais e políticas e as relações de poder, propriedade e controlo se relacionam entre si e se relacionam com as ligações e pressões económicas, formando o sistema de acumulação.

# Implicações para o método de análise

- Outra alteração fundamental necessária é no tratamento da informação.
  - Primeiro, o foco da análise de informação deve incluir não só as taxas de variação mas a composição social e técnica dessa variação – do PIB, das importações e exportações, da inflação, da pobreza, da balança de pagamentos, dos portefólios de financiamento da economia, das receitas fiscais, etc..
  - Segundo, é necessário reorganizar a informação, abandonando o modelo estatístico sectorial tradicional (que não ajuda a análise) e construindo um modelo que mostra a estrutura da produção, do investimento, etc.. Por exemplo, a análise sectorial do investimento mostra que nos últimos 10 anos 43% do investimento privado foi em recursos minerais. Mas se a análise do investimento em infra-estruturas, transportes e construção for desagregada para diferenciar a proporção deste investimento que é relacionado exclusivamente ou predominantemente com recursos minerais, então o peso dos recursos minerais no investimento passa para mais de 60%. Se a informação sobre a alocação do investimento em agricultura, indústria, infra-estruturas (incluindo energia, transportes e estradas) e turismo for desagregada para captar o carácter extractivo destas actividades, a dimensão extractiva da economia passará a dominar cerca de 80% da actividade económica.

# Implicações para o método de análise

- Implicação para política económica – irrelevância de “receitas” de política de desenvolvimento desenvolvidas fora do quadro de economia política, por melhor intencionadas e tecnicamente competentes que tais “receitas” sejam.
- Por exemplo, o governo de Moçambique é frequentemente criticado por não ter estratégias adequadas e sustentáveis para cada sector, em especial para a agricultura (mas também é criticado por ter demasiadas estratégias; isto é outro paradoxo, institucional).
  - Existem muitos documentos escritos, mas qual é o seu papel? Mobilizar ajuda externa? Falar para diferentes audiências e interesses sociais, económicos e políticos e mantê-los unidos? O que explica a variedade e diversidade, a quantidade e o grau intenso de contradição e redundância entre estes documentos, bem como a sua generalizada não implementação?
  - Por que é que pensamos que não existem estratégias consistentes e, se fossem consistentes, deveriam ser consistentes com o quê? O que seria, por exemplo, uma estratégia agrária consistente, e seria consistente com o quê?
- Mas este método de análise na melhor das hipóteses permite identificar o que não há (e é questionável que o faça, como se vê nas perguntas acima).

## Implicações para o método de análise

- Este método não permite analisar o que há, o que existe, porque é que existe dessa maneira e o que está a acontecer. Sem entender o que existe, identificar as opções e contradições reais que emergem do que existe, não é possível dizer nada sobre o que deve existir e como chegar lá. O argumento desta apresentação é que a estratégia económica e política dominante é gerar uma burguesia financeira nacional com base na especulação de recursos naturais e activos financeiros com eles relacionados, em estreita e forte ligação com capital multinacional. Esta estratégia é tão coerente e consistente, e tem tantas contradições, como qualquer outra. portanto, o ponto não é que não haja estratégia – e, portanto, unir as melhores mentes nacionais para produzir mais uma – mas que estratégia existe, que natureza tem, a que perguntas responde, que problemas resolve e cria, quais as suas contradições e consequências, como é possível, se é necessário, mudar as direcções e opções e como é que política e socialmente o processo de transição pode ocorrer.

## Por que é que “paradoxos” está entre aspas?

- Argumento é que os “paradoxos” são apenas aparentes porque de facto não existe uma contradição não explicável pelo comportamento geral da economia.
- Se em vez de prestarmos atenção apenas às **taxas** de variação (do PIB, da pobreza, da inflação média, etc.) concentrarmos a atenção nos **padrões** de variação (que, além das taxas, incluem a composição social e técnica da variação a níveis desagregados), descobrimos o fio condutor que une os vários “factores positivos da economia” e “os paradoxos correspondentes” da economia, isto é, como é que crescimento e pobreza, dependência e fragilidade económica mais geral são consistentes entre si, em vez de paradoxais.

## Por que é que “paradoxos” está entre aspas?

- No essencial, o argumento que a seguir se apresenta pode ser resumido no seguinte: o sistema de acumulação (produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente) em Moçambique está articulado predominantemente em torno da ligação entre o capital nacional e internacional que, por razões históricas objectivas, gera uma economia de natureza extractiva que, por construção, é porosa. As políticas públicas (monetária, fiscal e de investimento) exacerbam a porosidade da economia o que reproduz, em cada ciclo económico, o seu carácter extractivo e poroso, e assim por diante. Logo, pobreza, dependência e fragilidade económica mais geral são produtos do sistema de acumulação em vez de serem “paradoxos” associados a esse sistema por qualquer “erro” institucional.
- Por exemplo, é o carácter extractivo, afunilado e poroso da economia que explica porque é que o défice da balança de pagamentos aumenta substancialmente quando os grandes projectos são mais rentáveis e a economia expande, e que papel a ajuda externa joga na reprodução do tipo de sistema de acumulação extractivo, poroso e afunilado. É o mesmo sistema de acumulação que explica porque é que o Estado tem preferência em financiar-se com recurso à dívida externa comercial e à dívida pública interna, com as implicações económicas e sociais decorrentes, em vez de tributar o grande capital.

# Economia extractiva e porosa

- A economia é extractiva na medida em que a produção, o emprego, as qualificações, as infra-estruturas, a logística, as finanças (públicas e privadas), o comércio, a geração e apropriação de rendas e o sistema mais geral de acumulação estão construídos em volta de, e são consistentes com uma base produtiva crescentemente afunilada, desarticulada entre si, que não alimenta a economia como um todo, que não processa nem transforma, que sobretudo transacciona activos ligados com as formas mais primárias de utilização de recursos naturais.
- Esta definição aplica-se não apenas às indústrias extractivas clássicas (mineiras, hidrocarbonetos), mas a toda a economia:
  - O valor acrescentado da agricultura, do turismo, da indústria, das pescas, etc., é o mais próximo possível do nível primário, e estas actividades não se relacionam entre si. Não se alimentam mutuamente, nem com matérias primas, nem com força de trabalho, nem com mercados, e competem entre si por recursos e rendas. Logo, a primeira condição para a porosidade (incapacidade de mobilizar, articular e utilizar na economia como um todo o excedente gerado para acumulação) está criada.

# Economia extractiva e porosa

- Os fluxos de recursos são predominantemente externos, dominados pelas tendências globais do capitalismo internacional e pelo papel de Moçambique na estratégia e na divisão internacional do trabalho definidos pelo capital multinacional, sendo a economia extractiva e porosa consistente com esta condição.
- A mobilização destes fluxos externos de capital é feita por via de políticas (ou práticas, na ausência de políticas mais consistentes) fiscais, monetárias e de investimento que aliena os recursos nacionais a baixo custo e reduz significativamente a acumulação social possível com investimento privado. Por isto, a porosidade da economia extractiva é exacerbada, a economia não consegue mobilizar excedente e cada ciclo de acumulação privada aumenta a natureza extractiva e porosa da economia.
- Investimento em indústrias de acabamento (por exemplo, montagem de computadores, electrodomésticos ou viaturas, mistura de tintas e outros químicos, estampagem de tecidos) ou na produção de produtos agrícolas (por exemplo, soja ou arroz), em si não altera este padrão extractivo e poroso da economia. O que importa não é o produto, mas como é que a produção e o excedente entram no processo de acumulação nacional. Por exemplo, se o arroz for produzido para aumentar substancialmente a quantidade de comida comercializada dentro da economia e reduzir substancialmente o custo da comida para as pessoas que trabalham, então esse arroz fomenta e sustenta emprego competitivo mas gerador de níveis de vida decentes, unindo transformação industrial, crescimento e redução da pobreza. Se o arroz for apenas produzido para exportar e não gerar rendas sociais substanciais que permitam investir na diversificação e articulação económica, então do ponto de vista meramente económico não há grande diferença entre o arroz e as areias pesadas.

# Economia extractiva e porosa

- Dado que o grande capital nacional emergente se desenvolve em relação com e na dependência do capital internacional, os interesses e oportunidades objectivos de ambos coincidem no essencial, podendo sobretudo diferir na partilha das rendas dos recursos entre si. As práticas do governo de usar os recursos naturais para promover “empreendedores” privados nacionais, em vez de se ocupar com a socialização das rendas e sua utilização e reprodução, exacerba esta aliança que se torna política e económica. As parcerias público-privadas no grande investimento de infra-estruturas, com o Estado a suportar as dívidas e o grande capital a gerar lucros, é consistente com o padrão de acumulação.
- A dependência externa do orçamento do Estado é explicada com esta base – a incapacidade de mobilizar e reproduzir recursos domésticos por causa da porosidade da economia. Mas o Estado tem que manter-se legítimo e realizar parte do seu papel de fornecer bens públicos úteis à reprodução do capital. A ajuda externa joga o papel perverso de promover um capitalismo sem responsabilidade fiscal e social (o equivalente nas economias desenvolvidas são os severos cortes na despesa social pública, que em Moçambique seriam impossíveis de aplicar sem uma crise humanitária sem precedentes e sem uma revolta generalizada). Em face da “crise da ajuda externa” (política e fiscal), o governo mobiliza créditos comerciais internacionais que (1) aumentam o custo financeiro do financiamento do Estado; (2) distorcem a política pública de investimento a favor dos grandes projectos de investimento, consolidando a economia extractiva e porosa.

# Economia extractiva e porosa

- Os fluxos de recursos monetários externos, conjugados com o défice público, conspiram com a tendência monetarista do Bando Central para gerar uma política de enxugar a liquidez da economia para financiar o défice e manter os alvos de inflação. Esta política acelera o processo de financeirização do capitalismo em Moçambique – o sistema financeiro torna-se especulativo, os grupos económicos nacionais de maior envergadura crescem especulando com activos financeiros associados a recursos naturais e infra-estruturas, o metical aprecia reduzindo a competitividade da economia em tudo o que não seja extractivo, o custo do capital aumenta para todos os que têm que recorrer à banca nacional. Logo, as alternativas de diversificação e articulação produtiva são substancialmente reduzidas.
- A política monetária tenta atingir dois objectivos com uma acção – conter a inflação em face do quadro macroeconómico descrito e funcionar como almofada anti-revolta mantendo as importações de bens básicos de consumo a baixo custo por via da apreciação do metical. Mas o preço disto é a incapacidade de produzir e de gerar emprego em grande escala (competitivo, produtivo e decente). Dada a porosidade da economia, sem ajuda financeira externa, sem dívida e sem enxugar liquidez da economia (com os custos sociais enormes já explicados), não é possível sustentar um nível crescente de importações de bens de consumo que a geração maciça de emprego iria implicar.

# Economia extractiva e porosa

- De facto, se o Banco Central se quer ocupar com inflação, então entenda qual é o problema da inflação. Não é um problema geral, agregado, mas um problema específico – a inflação muito mais alta dos bens básicos de consumo aumenta pobreza e impede a transformação e acumulação económica (impede a industrialização e a proletarização).
- Os determinantes fundamentais da inflação são a incapacidade da economia de produzir para si eficazmente, de gerar dinâmicas de reprodução e acumulação sustentáveis, e de mobilizar e utilizar o excedente para se diversificar, articular e industrializar. Esta incapacidade liga o padrão de crescimento com a geração de pobreza. Portanto, a questão a tratar é como é que é possível diversificar, articular e alargar a base produtiva para alimentar a força de trabalho e o processo produtivo, em vez de como manter baixas as taxas médias de inflação – além deste ser um objectivo quase meramente ideológico, a taxa média de inflação não revela nada (pelo contrário, esconde) a composição e dinâmicas sociais diferenciadas dos preços relativos e as suas implicações para o processo interno de acumulação.
- Portanto, como é observável desta análise, todos os processos estão associados entre si e não podem ser pensados separadamente.
- Ao pensar em soluções, sectoriais ou outras, a questão a sério é como é que as tais soluções enfrentam estes problemas. Por exemplo, qual é o papel específico da agricultura no processo de acumulação num dado momento histórico desse processo, e como é que ele pode ser construído em vez de construído e assumido ideologicamente apenas?
- Os livros que vos foram dados (*Desafios para Moçambique 2011 e 2010*, e *Economia Extractiva e Desafios para Industrialização em Moçambique*, disponíveis para descarregar no website do IESE, [www.iese.ac.mz](http://www.iese.ac.mz)) descrevem estes processos em detalhe, com números e detalhes qualitativos que aqui escolhemos não descrever.

## Pensando para a frente...com optimismo (?)

- A actual estrutura produtiva e comercial, aliada com a porosidade da economia (incentivos fiscais) gera as dinâmicas estruturais de crise: não produz para alimentar a economia e as pessoas, é afunilada e vulnerável e não retém a riqueza gerada.
- Estas dinâmicas estruturais são exacerbadas pelas respostas políticas de curto prazo: contenção dos preços por via de subsídios financiados com endividamento e por via da apreciação da taxa de câmbio; promoção do crescimento com base em mega projectos extractivos e despesa pública não produtiva. Estes factores têm impactos macroeconómicos negativos de médio e longo prazo (incluindo, mas não apenas, o *crowding out* das disponibilidades financeiras para a economia) e não são sustentáveis.
- Diversificação e articulação da base produtiva são necessários, e requerem recursos e estratégias industriais que unam os diferentes componentes da economia num processo de acumulação económica interna com dimensão e magnitude social.

## Pensando para a frente...com optimismo (?)

- O desenvolvimento e transformação económicos e sociais têm carácter temático e não sectorial. O que importa não é o que acontece com a agricultura ou com a indústria transformadora, com os transportes ou com as estradas, com a inflação ou com a taxa de câmbio, quando estes temas e sectores são tomados isoladamente uns dos outros. O que importa é que sistema de acumulação emerge na totalidade.
- Por exemplo, qual poderia ser o papel da agricultura e da agro-indústria na fase história actual em que emprego tem que ser gerado em grande quantidade (requer que seja competitivo e que haja qualificações) para reduzir pobreza (requer que o salário real aumente para níveis decentes de vida) e contribuir para a redução da inflação dos bens básicos de consumo? Além de absorver força de trabalho, parece que o papel óbvio e absolutamente vital da agro-indústria é gerar bens básicos, especialmente comida, em quantidade, qualidade e baixo preço, circulando eficazmente pela economia para ser acessível. Com bens básicos de consumo (em especial comida) a baixo custo e acessível, os salários reais (que medem o padrão de vida) podem aumentar ao mesmo tempo que o rácio salário/produto (que mede a competitividade do emprego) também aumenta. Se a produtividade da economia aumentar em combinação com a redução substancial dos preços relativos dos bens básicos de consumo, então o emprego pode expandir, o nível de vida pode melhorar, a inflação pode diminuir e importações podem ser efectivamente substituídas (por vias das ligações a montante e jusante), as exportações podem diversificar. Esta opção é temática, não é sectorial nem focada num produto ou outro. Mas esta opção difere do actual sistema de acumulação que tem por base a especulação de activos para rápida formação de oligarquias financeiras nacionais.

## Pensando para a frente...com optimismo (?)

- Recursos podem ser, a curto prazo, mobilizados através da tributação dos mega projectos; mas estratégias industriais específicas são requeridas para que esses recursos não sejam simplesmente usados para reproduzir e consolidar a economia extractiva, afunilada e porosa. Mobilizar estas soluções pode gerar optimismo para o futuro.
- Mas isto requer reconhecer a predominância das relações de poder e interesses de grupo e o seu conflito fundamental no processo de construção social e económica de Moçambique para o futuro e na escolha de opções em face dos desafios e pressões económicas.
- Portanto, qual é a receita? Não existe uma única que faça algum sentido se for isolada da discussão das perguntas reais que estão sendo colocadas à economia. Isto é um problema de dinâmicas sociais de classe, isto é, de economia política, e não simplesmente de análise técnica das opções.